



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

CEDI - P. I. B.
DATA 11 / 11 / 88
COD 111111

RESUMO HISTÓRICO SOBRE OS ÍNDIOS KADIWEU



MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 FUNAI

BREVE NOTÍCIA SOBRE OS ÍNDIOS KADIWEU

Com intuito de fornecermos algumas informações básicas sobre os índios Kadiweu organizamos sobre os mesmos, um pequeno resumo histórico.

.....

Os índios Kadiwêu fazem parte do grupo Mbayá, um dos muitos grupos lingüísticos Guaicurú. Pertenciam também a estes grupos os Toba, os Pilagá, os Paiaguá, os Abipon e os mocovi. No grupo Mbayá se incluíam ainda os seguintes subgrupos: **Codiquegodi** (Kadiwêu), Guetiadegodi, Apacachodegodi, Lichagategodi, Eybagodegi, Gogogodegi e Beutuebo.

Em 1580, os Mbayá inclusive os **Codiquegodi** (Kadiweu), já tinham sido contatados pelos conquistadores portugueses e espanhóis. Ocupavam então um extenso território entre os rios Pilcomayo e Bermejo e ao longo do rio Paraguai.

Os Mbayá foram sempre considerados extremamente belicosos. Em 1627 eles já haviam subtraído alguns cavalos aos espanhóis, dando início a uma grande criação, contando um século depois com 7 ou 8000 cabeças. Dispondo do cavalo, os Mbayá ou Índios Cavaleiros como passaram a ser denominados, aumentaram em muito o seu raio de ação. Foram inúmeros os ataques que os Guaicuru em defesa de suas terras, dirigiram contra os colonizadores.

O Comandante do Real Presídio de Coimbra (Forte Coimbra) Francisco Rodrigues de Prado, escreveu em 1792 a história dos índios Cavaleiros ou da nação Guaicurú. Este manuscrito contém não só pormemorizada descrição dos costumes destes indígenas, mas sobretudo o relato das inúmeras lutas que eles travaram com os conquistadores, das quais são exemplos fatos ocorridos em 1710, 1725, 1729, 1730, 1733, 1743, 1752, 1768, 1757 e 1771.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

2

Em 1791 os Índios Mbayá fizeram um pacto de paz com os portugueses:

"Faço saber aos que esta minha patente virem, que tendo a nação dos índios Guaicuru ou cavaleiros solenemente contractado perpétua paz e amizade com os Portugueses ..."

Apesar dos termos de perpétua paz contratados entre eles, as hostilidades continuaram, já que, cada vez mais, se penetrava no território indígena.

Em janeiro de 1800, o Tenente Coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra oferece ao Governo de Mato Grosso uma "memória". Sobre os Índios Guaiacuru, ele diz:

"... vivem fronteiros adito morro os mil e quatrocentos Índios Guaicuru e Guanãs nossos aliados, esta patrulha é indispensável para segurar estas tribos na nossa amizade e dissipar-lhe o temor panico que conceberam pelos estragos e mortandades que lhes fizeramos espanhões"

Em 1803, o mesmo Tenente Coronel F. A. Serra escreve no "Parecer sobre os Índios Guaicuru e Guanãs":

"... os guaicuru se dividem em diferentes tribos e cada humana com diversos nomes (...) a terceira tribo é dos Caduneos (...) ella conta de 680 pessoas como ficou ditto, doze, capitães e outras tantas donas ..."

O Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, datado de 1852, "informa que, os índios **Kadiwéu** tinham ido à cidade de Cuiabá.

Muitos documentos sobre a Guerra do Paraguai contém informações sobre a participação, não só dos **Kadiwéus**, mas de outro grupos indígenas que como aliados, em muito auxiliaram os brasileiros.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

3

Podemos verificar este fato, nos inúmeros documentos reproduzidos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ver tomos dos anos 1870, 1874, 1904 e 1927). Sobre a participação dos **Mbayá**, testemunha o General Mello Rego, ex-presidente da Província de Mato Grosso:

"Da sua fidelidade e dedicação não interrompidas dão-nos inequívocas provas até na Guerra do Paraguay em que nos prestaram serviços. Tão firmes se mostraram na amizade, que dos Portugueses passaram para os Brasileiros, tanto na inimizade dos espanhóis passaram para o Paraguay".

Em 1872, no Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, o Presidente Francisco Cardoso Junior diz sobre os Kadiwêu:

"Calcula-se existirem mais de 800 Cadineus que se dividem em diferentes hordas (...) Aparecem às vezes em várias povoações afim de trocar cavalos (...) De tempos em tempos sucede vir a Capital uma horda de Cadineus..."

Em 1899, é enviado ao Estado de Mato Grosso, o engenheiro José Alves Barros Maciel com o objetivo de medir e demarcar as terras dos índios Kadiwêu. O trabalho é concluído em início de 1900, constando no "Memorial Descritivo", os seguintes limites: Rio Niutaca, Rio Nabileque, Serra Nabodoguena e Rio Aguidavão.

A medição desta área foi aprovada em 1903 pelo Governador de Mato Grosso, Alves de Barros.

Em 1919, Adriano Metelo, inspetor do S.P.I. requereu e obteve do Diretor da Repartição de Terras Públicas do Estado de Mato Grosso, por certidão a cópia verbo adverbium dos autos de medição e demarcação das terras reservadas para os índios Cadineus no Município de Corumba e a cópia da planta da mesma medição feita no ano de 1980.

Alguns anos mais tarde, em 1928, o Serviço de Proteção aos



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

4

Índios já mantinha um Posto Indígena na reserva Kadiwéu. O Inspetor do S.P.I. Antonio Estigarríbia menciona num relatório sobre índios que a área em questão, apesar de demarcada em 1900 e confirmada com o ato protetor do Governador Alves de Barros em 1903, continuava a ser invadida.

Em 1931, o Interventor Antonio Mena Goncalves ratifica a medicção realizada em 1903. O Decreto nº 54 de 1 de abril de 1931 confirma inclusive os limites do Rio Niutaca, Rio Nabileque, Serra da Bodoguena e Rio Aquidavão.

Em 1938, foi organizado de acordo com o Decreto-Lei nº 311 de 2 de março de 1938, o mapa do município de Porto Murinho, já então desmembrado de Corumbá. Neste mapa, a área indígena aparece sob a denominação de "Campo dos Índios" entre os Rios Niutaca, Rio Nabileque, Serra da Bodoguena e Rio Aquidavão. O Fomento Argentino está, como pode ser verificado no mapa fora da reserva indígena.

Em 1946, o Coronel Horta Barbosa chefe da I.R. 5 (S.P.I.), envia um ofício ao Diretor do S.P.I. José Maria Paula, solicitando ao mesmo que se proceda a uma exploração do Curso Superior do Rio Niutaca, como providência para a vistoria judicial em defesa das terras patrimoniais indígenas. O motivo é a questão existente com o FOMENTO Argentino que pretendia justificar a invasão das terras indígenas com a indifinição do Rio Niutaca, embora já a tenha podido verificar anteriormente, que no mapa organizado em 1938, o Fomento Argentino está fora da área indígena.

Alguns meses mais tarde, o Coronel Horta Barbosa enviou ao General Rondon o seguinte telegrama:

"Reconhecido todo o Curso Superior do Rio Niutaca até a sua cabeceira na linha ocidental da Serra Bodoguena".

O original do mapa comprovando este reconhecimento se encontra no Serviço Cartográfico do Exército.

Na década de 50, o S.P.I. começou a arrendar terras no interior da reserva Kadiwéu, prática que teve continuidade com a FUNAI.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

5

Em 1957-58, a Assembléia Legislativa do Mato Grosso através da Lei 1077 em 10 de abril de 1957, propõe que se reduza para 100 mil ha, a reserva Kadiweu. A resolução de Assembléia gerou um processo julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que através do Recurso Extraordinário nº 44.585 em 30 de agosto de 1961 deu ganho de causa aos índios reiterando o Decreto nº 54 de 1º de abril de 1931 e mantendo portanto, a área com seus limites originais.

Em 1979, o Reserva Kadiweu localizada em Porto Murtinho contava com 800 índios aproximadamente e as suas terras, apesar de asseguradas pelo Supremo Tribunal Federal, continuavam a ser invadidas.

Atenciosamente,

Therézinha de Barcellos Baumann
THEREZINHA DE BARCELLOS BAUMANN
Pesquisadora D.G.P.I.